

A Casa do Caminho de Baixo

Como muitas outras casas, a Casa do Caminho de Baixo tem uma história atribulada de que se procura dar aqui os lances principais, nomeadamente as mudanças de proprietário.

O nome deste bonito e sóbrio solar provém-lhe de estar situado na Rua do Caminho de Baixo, nome por que antigamente era conhecida a Rua do rossio.

A casa foi construída pelo Dr. Manuel da Assunção da Rocha, antepassado dos Feyos de Figueiredo (designação por que a família é hoje conhecida, embora de forma menos correcta, já que estes dois apelidos entraram na família por via matrimonial e o primeiro já tardiamente), que nela residiram durante muito tempo.

Da leitura da obra “Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo”, 1946-1954, do Dr. Júlio António Teixeira, pode ficar a ideia de que Dona Catarina Doroteia Balbina de Figueiredo Álvares e Rocha foi, nesta família, herdeira e última proprietária da Casa, tendo o seu filho primogénito sido a última pessoa da família a nascer na Casa no último quartel do séc. XVIII. Em princípio, esta informação poderá não estar correcta por duas razões: primeiro, porque no inventário de menores, feito por morte desta senhora e do seu marido, ocorridas respectivamente em 1822 e 1825, não consta esta propriedade; segundo, porque se verificou que, pelo menos entre 1818 e 1826, residia na Casa e era seu proprietário (Livro de pagamentos da décima dos prédios urbanos do concelho, Arquivo Municipal de Vila Real) Luís António de Figueiredo e Rocha, solteiro, sem geração, irmão de Dona Doroteia, que faleceu em 1826 e sabemos ter deixado testamento, ao qual até ao momento ainda não tivemos acesso. Pelo mesmo livro da décima, verificamos que em 1834 é proprietária da Casa Dona Mariana Antónia de Figueiredo, não sabemos se por herança ou aquisição, embora quer o nome próprio quer o apelido sejam usuais na família.

Certo é que pelo menos entre 1859 e 1867 é proprietário da Casa António Ludovico Guimarães, recebedor do concelho desde 1850 e

residente na rua Direita a essa data, que é ligeiramente anterior à do falecimento de sua mulher, Luísa Maria Teixeira de Carvalho, cujo apelido em princípio não indicia ligação à família Feyo de Figueiredo, ficando por isso por saber por que via a Casa chegou à sua posse.

Viviam-se então os anos de maior crise no Douro, onde muitas famílias de Vila Real tinham propriedades. Muito património passou então de mãos, aproveitando-se desta situação aqueles que maiores disponibilidades financeiras possuíam, quer fossem a título individual (os livros e notas dos notários locais repetem sistematicamente os nomes de alguns dos 40 maiores contribuintes do concelho, como Manuel Inácio Pinto Saraiva, José António de Azevedo, Anselmo Pereira Baía, Francisco Ferreira da Costa Agarez, Francisco Médice, Francisco José Claro e Joaquim de Almeida e Silva), quer fossem instituições bancárias ou outras, como a Misericórdia, certas irmandades, etc. Também as famílias Feyo de Figueiredo e Oliveira Guimarães, a que pertencia António Ludovico Guimarães, foram vítimas desta situação, já que a primeira possuía um número significativo das suas propriedades em Guiães e a segunda em Celeirós, em plena Região Demarcada do Douro.

Em consequência de uma acção que ao referido Ludovico Guimarães moveu Dona Maria Emília Teixeira de Moura, a grande benfeitora do Hospital da Divina Providência, a quem deixou a enorme fortuna (para o tempo) de 50 contos de reis, a Casa foi executada e acabou por ser adquirida por arrematação em hasta pública por José de oliveira e sua mulher, Dona Francisca Margarida.

Em 4 de Julho de 1872, António Correia de Almeida Lucena, jurista e presidente da Câmara de larga visão, adquiriu-a ao casal pela quantia quase simbólica de 180 mil réis (muito embora a contribuição tenha sido calculada na base de 720 mil réis, valor de rendimento da matriz). Desta forma, a Casa retorna à família de Almeida Lucena, já que António Ludovico Guimarães vinha a ser tio e padrinho de sua mulher, Dona Luísa Filomena Antunes da Mesquita Lucena, e igualmente

padrinho da sua primeira filha, Maria Lucinda, falecida com pouco mais de quatro anos de idade.

Almeida Lucena foi viver para a Casa em 1874 e aí residiria até à sua morte, ocorrida nesse mesmo ano, em São João da Foz, onde se encontrava em uso de banhos de mar. O que significa que teria ali vivido apenas alguns meses.

A Casa manteve-se na posse da família até 1890, dividida em partes iguais, embora não partida nem demarcada. Cada parte pertencia a uma das suas duas herdeiras, a esposa e a filha Maria Emília, que casara em 1888 com Manuel José Alves Roçadas, proprietário rural em Borbela e futuro secretário do Hospital da Divina Providência de Vila Real.

Este casal, Manuel José e Maria Emília, contraiu em 1889 uma dívida de 350 mil réis junto da Escola Azevedo, estabelecimento de ensino primário instituído testamentariamente por José António de Azevedo, de que era administrador Joaquim de Almeida e Silva, a quem hipotecaram os dois em 1890 todo o seu património, incluindo a metade da Casa da Rua do Rossio, pelo valor de 700 mil réis.

Menos de um mês depois, em 5 de Julho, o casal vende, juntamente com o Banco Comercial Agrícola e Industrial de Vila Real (que, à data, era possuidor da outra metade da Casa, por ter executado a viúva de Almeida Lucena e seu segundo marido, José Justino de Carvalho Lemos), pela soma global de 2 contos e 420 mil réis ao mesmo Joaquim de Almeida e Silva. Refira-se a propósito que, em 1874, no inventário orfanológico por morte de Almeida Lucena, a Casa tinha sido louvada pela quantia de 3 contos e 500 mil réis.

Por falecimento de Joaquim de Almeida e Silva, a Casa foi posteriormente herdada pelo seu neto, Aureliano de Almeida Barrigas, aluno distinto da Escola de Desenho Industrial D. Luiz I, cartazista, ilustrador e caricaturista de nomeada, com a paixão dos automóveis, a que dedicou uma boa parte da sua existência, escrevendo e ilustrando livros sobre mecânica e sendo um dos promotores das corridas em Vila Real, nos anos 30.

Aureliano Barrigas faleceu em 12 de Junho de 1948, com 55 anos de idade, solteiro, tendo sido seu herdeiro o pai, Dr. Manuel Ferreira Correia Lopes Barrigas, cirurgião do Regimento de Infantaria 13.

Por morte deste (1954), a Casa passou para a posse da sua herdeira, Dona Teresa de Jesus Martins Frutuoso. Finalmente, esta senhora e seu marido, Fernando Rodrigues Machado Costa, venderam a Casa em 1977 a Manuel dos Santos Reis, que, por sua vez, a vendeu em 1982 à Câmara Municipal, que a adquiriu e que, por deliberação de 31 de Janeiro de 1995, aprova o projecto de reconstrução do edifício para instalação do Museu de Arqueologia e Numismática, que se encontra agora em fase de instalação sob o nome de Museu de Vila Real.

Refira-se a terminar que, para além da vocação natural de residência familiar, a Casa conheceu sucessivamente outras ocupações. Entre essas ocupações, nos anos 80 e 90 do séc. passado [XIX] foi o mais importante salão de baile da vila, especialmente em momentos festivos, com realce para a época carnavalesca, conhecido sob as designações de “Salão de Baile do Caminho de Baixo”, “Sala Recreativa” e “Grande Salão de Recreio”. Foi depois colégio de ensino primário feminino, inaugurado em 8 de Dezembro de 1896 sob a designação de “Colégio de Nossa Senhora da Conceição”. Em 1897, instala-se nela o Liceu Nacional de Vila Real, nela permanecendo até à sua transferência para o edifício construído pelo Monsenhor Jerónimo Amaral, em 1901. No ano seguinte, é a vez de se instalar na Casa a Repartição de Fazenda e Recebedoria do Concelho, sendo parte da mesma residência do recebedor do concelho. Nos tempos heróicos das Corridas, nos anos 30, foi um dos lugares onde se fazia a reparação dos carros nelas participantes. Mais tarde, foi sucessivamente: quartel da Guarda Nacional Republicana, Museu Etnográfica do Província de Trás-os-Montes e Alto Douro, local de preparação e saída das célebres Marchas Luminosas, Escola do Magistério Primário, e, nos seus baixos, em tempos mais recentes, armazém de ferragens e materiais de construção da Casa Calado.

Volta agora a ser Museu – vocação reencontrada algumas décadas depois de ter deixado de o ser.

Outubro de 1998

[ed. AET do MANVR]

Nota: A escolha da designação oficial de Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real é posterior à edição deste texto.